

Segredos, pescadores e etnógrafos¹

Secrets, fishermen and ethnographers

José Colaço Dias Neto

Antropólogo e pesquisador do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa (INCT-InEAC-NUFEP/UFF).

E-mail: zenettobr@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho pretende discutir como o segredo está presente nas relações estabelecidas no trabalho de campo, entre antropólogos e nativos e de que modo ele é um desafio para a escrita do texto etnográfico.

Palavras-chave: segredo; trabalho de campo; texto etnográfico.

ABSTRACT

This paper discusses how Secret is present in fieldwork relationships, between anthropologists and native people, and how it is a challenge to write ethnographic texts.

Keywords: secret; fieldwork; ethnographic text.

É muito curioso que depois de várias edições da Reunião de Antropologia do Mercosul, apenas agora, se não me falhe a memória, surge uma Mesa Redonda na qual o segredo é o tema central. Muito já se falou sobre ética, política, a atuação do antropólogo, os limites da produção do conhecimento, entre outros assuntos, mas sobre o segredo e suas implicações é a primeira vez. Digo de modo irônico que é curioso porque julgo que talvez o grande objetivo no trabalho de pesquisa em Ciências Sociais seja descobrir o segredo das coisas. Como as instituições funcionam, o que motiva o comportamento dos grupos sociais, como os indivíduos fazem escolhas são alguns exemplos de preocupações sociológicas cujas respostas não são aparentes. A Antropologia, que se caracteriza como uma ciência social com forte inclinação empírica, para evidenciar o segredo das coisas tem que, antes de tudo, descobrir os segredos das pessoas. Ou seja, o segredo dos seus nativos – sejam eles quem forem: pescadores, prostitutas, professores, índios, políticos, jogadores de futebol etc.

Afirmar isso não é dizer que toda cultura tem um segredo escondido somente revelado ao etnógrafo depois de anos de intimidade e partilha de conhecimento – como é o caso de Marcel Griaule com os Dogon ou de Fredrik Barth com os Baktaman². Mas é verdade que a investigação social acaba, por sua própria natureza, qual seja a interlocução, revelando histórias, casos ou passagens das vidas particulares daqueles com os quais nos ocupamos. Dissensos entre vizinhos, infidelidades conjugais, desejos reprimidos, incômodos com trabalho, tensões com os filhos, problemas com a justiça, amores não correspondidos, há, certamente, uma série de temas os quais nossos nativos não ficariam à vontade em discuti-los numa praça pública ou em programas de televisão. Às vezes penso se nós antropólogos somos realmente cientistas ou se não passamos de um grupo bem formado de fofoqueiros profissionais. Eis uma questão.

O objetivo deste texto é considerar as tensões entre o trabalho de campo e a confecção do texto etnográfico como um desafio constante com o qual nos deparamos ao desenvolver pesquisa empírica em Antropologia. Do momento que a iniciamos até sua forma final – e aqui me refiro objetivamente aos artigos ou teses – percorremos, junto com “nossos nativos”, um caminho repleto de dificuldades. E, para pensar essas dificuldades, creio que o método mais indicado seja compartilhar algumas experiências que tenho vivido ao longo de meu trabalho entre pescadores artesanais.

Venho dedicando-me à etnografia de um povoado de pescadores há quase dez anos. Trata-se do assentamento de Ponta Grossa dos Fidalgos, localizado no norte do estado do Rio de Janeiro. Lá, os homens desenvolvem suas atividades de captura na Lagoa Feia – considerada a maior lagoa de água doce do Brasil.

Os primeiros anos da pesquisa correram em paralelo à minha graduação em Ciências Sociais. A maior parte do tempo, estive acompanhado de meu colega Carlos Abraão Valpassos³. Nossa aproximação junto ao povoado foi gradativa. Durante todo o primeiro ano, visitávamos o povoado somente aos fins de semana. Nessas ocasiões, fomos estreitando relações com alguns moradores e pescadores. Um deles foi o Doba, indivíduo que, aos poucos, foi tornando-se uma das grandes figuras da pesquisa, menos pelo seu conhecimento sobre as técnicas de pesca e sobre o ecossistema e mais pela rede de relações que através dele conseguimos acessar.

Nossas conversas com Doba sempre começavam com assuntos que julgávamos pertinentes para a pesquisa: a história da pesca, a história de Ponta Grossa, a relação dos habitantes com a Lagoa etc., e sempre terminava com Doba falando mal de alguém ou se queixando de alguma coisa. Ingenuamente, pensávamos naquela altura que continuar conversando com Doba já não era tão produtivo para a etnografia. Ingênuos, porém cuidadosos, comentamos nossas impressões com o Prof. Arno Vogel, que na época era coordenador do Projeto e nosso orientador. E ele nos disse: “Relaxem, meninos, isso é assim mesmo. E isso é ótimo! Mostra que o Doba confia em vocês”.

O sentimento de confiança que se desenvolveu em nossa relação com Doba foi fundamental. Foi também um aprendizado. As conversas as quais ingenuamente julgávamos não ter nada haver com o tema da pesca revelavam valores, juízos e visões de mundo que ficavam disponíveis a partir de seus comentários sobre assuntos privados e domésticos. Com o amadurecimento das relações no campo e de nós próprios como pesquisadores, começamos a ter boas evidências sobre a moralidade dos homens locais e suas percepções sobre casamento, infidelidade, educação dos filhos, administração da casa etc. Sempre atentos, entretanto, naquele período da pesquisa, para não falarmos descuidadamente da vida de um pescador para outro – justamente para não perdermos a confiança que se construía com cada interlocutor e também para não sermos acusados de fofoqueiros no povoado de Ponta Grossa. Assim, o tempo passou e eu segui com a pesquisa durante o mestrado e em doutoramento, já sem a companhia de Valpassos.

Mas, o que pode ser considerado um tema privado? Que tipo de assunto é entendido como sigiloso? Como escrever sobre eles sem expor nossos interlocutores? Será que o que é segredo para o interlocutor é percebido e respeitado como segredo pelo etnógrafo? O que é, então, um segredo?

Segredo vem do latim *Secretus*, que em algumas de suas acepções indica “separado, afastado de, privado de, à parte de, especial, particular, solitário, isolado, retirado, secreto”⁴. Algumas das definições contemporâneas e substantivadas do conceito em português o indicam como “o que não pode ser revelado, sigilo, assunto conhecido por poucos, confidência, lugar oculto, esconderijo”⁵.

A pista deixada pelos dicionários parece um pouco óbvia demais. Entretanto, em minha opinião, ela parece indicar justamente para o que chamei a atenção no início de minha fala. Estamos todo o tempo nos esforçando para revelar através da descrição, da interpretação de entrevistas ou da formulação de modelos analíticos, dimensões da realidade que não são acessadas pela observação comum. Inevitavelmente, nos deparamos em nossas pesquisas empíricas com assuntos ou histórias vividas por nossos interlocutores que não devem ou não podem ser compartilhadas publicamente. Daí o seu caráter sigiloso, particular, oculto e tudo mais.

É importante ponderar que nem tudo que não é revelado no campo trata-se de um segredo. Muitas vezes nos enganamos. E julgo que na grande maioria a incompetência é toda do pesquisador. Se não fizermos boas perguntas, não teremos bons indícios e toda a interlocução pode ficar comprometida. Em Ponta Grossa, por exemplo, todos os barcos são pintados de verde escuro. Não há norma escrita para a pintura das embarcações e nem os pescadores falam todo o tempo sobre a preferência pela cor verde. Só depois de muito tempo no campo, entendi que tal cor é utilizada porque torna mais difícil a identificação do barco ao largo da Lagoa Feia. Por um lado, a matiz, em dia ensolarado, reflete n’água e incandesce a observação de longe. Por outro, o verde escuro confunde-se facilmente com a vegetação da Lagoa, camuflando a embarcação quando necessário. Perguntei a um pescador: “E isso é um segredo entre vocês?”. Ele me respondeu rindo: “Não, Zê! Todo mundo sabe disso! Até o IBAMA sabe!”⁶.

A história da camuflagem, portanto, não se tratava mesmo de um segredo. Mas, associando-a a outros casos, ela despertou minha curiosidade. A afirmação “até o IBAMA sabe!” me deixou intrigado. Porque este “até o IBAMA sabe!”? O IBAMA não deveria saber? Há algo que deveria ser escondido, pelo menos do IBAMA? Logo eu descobriria que sim...

Desde 2007, tenho tentado compreender as relações dos pescadores de Ponta Grossa e o IBAMA. Aos poucos fui percebendo que a relação entre a maior parte dos pescadores com os quais conversei e o órgão era muito tensa. De meados da

década de 1990 até os dias de hoje, o IBAMA proíbe, através de Portarias Normativas, a captura de qualquer espécie aquática com o uso de redes, durante os meses de novembro a fevereiro, na Lagoa Feia e em outras regiões do Sudeste brasileiro. É o chamado período de defeso. A norma, segundo o Instituto, visa assegurar, ao menos no período, o crescimento dos peixes na Lagoa. Aos pescadores cadastrados na Colônia de Pesca, é destinada quantia de um salário mínimo por mês ao longo desse período como incentivo para que os mesmos não desenvolvam suas atividades haliêuticas. Aqueles que forem pegos pescando nesse período estão submetidos a multas e perda do equipamento.

Minha etnografia da pesca artesanal em Ponta Grossa tem mostrado que os pescadores todo ano recebem com reclamação a publicação de tal norma que os impede de praticar normalmente suas atividades de captura nos meses citados. Seu estoque de reclamações é bem variado. Consideram o valor de um salário mínimo muito baixo se comparado aos ganhos com a pesca em períodos não proibidos, reclamam do atraso do pagamento, argumentam que o IBAMA e seus funcionários não conhecem o funcionamento da Lagoa nem de suas espécies ou tem a ideia de que o órgão quer controlar os “pequenos” ao invés de fiscalizar e punir a grande pesca oceânica que seria muito mais predatória.

O que nos interessa discutir aqui é que, mesmo em período proibido por um órgão oficial do Estado brasileiro, a maior parte deles não suspende suas atividades de captura. E, como se não bastasse, eu, na qualidade de “etnógrafo-pescador”, também os acompanho nessas ocasiões.

Assim, o desafio colocado por essa situação de pesquisa é como transformar em texto etnográfico uma experiência de campo tão cheia de significados e, ao mesmo tempo, minimizar a exposição de meus interlocutores? Pois é bom lembrar que, de acordo com a legislação ambiental brasileira, eles [e eu] estão cometendo uma grave transgressão. Nesse sentido, a ação de pescar nos meses proibidos pelo Instituto, que é desempenhada por muitos de meus interlocutores, não pode ser publicizada a menos que eu quisesse colocá-los em uma situação bastante constrangedora.

Uma saída para a construção do texto seria a utilização de pseudônimos. Essa poderia ser uma forma de compor o texto etnográfico preservando a real identidade dos pescadores. Entretanto, tal estratégia não resolveria todos os problemas. Em primeiro lugar, porque os nomes ou apelidos dos personagens dizem muito quem eles são. Dizem sobre suas histórias de vida e suas personalidades. E, como é óbvio, mesmo em um grupo profissional relativamente homogêneo, cada pescador tem suas próprias características. Enfim, esses homens não são números de uma amostra ou entrevistados que só encontro duas vezes ao longo da pesquisa. O trabalho de campo de longa duração que tenho realizado me fez, gradativamente, participar de suas vidas em amplo sentido e por muito tempo. O mesmo problema recai sobre os nomes dos barcos, sobre a descrição das técnicas e dos equipamentos e por aí vai... Até o momento, ao escrever sobre o tema, eu tenho utilizado fragmentos literais das conversas com os pescadores sem utilizar seus nomes e apenas referindo aproximadamente suas idades. Confesso que esse procedimento não tem me agradado muito. Fico, no entanto, com a impressão que algo falta no texto uma vez que não posso ligar as situações aos meus personagens principais.

Outra possibilidade conhecida e utilizada por alguns pesquisadores é “criar” um novo cenário para o lugar onde ocorre a etnografia. Ao inventar um novo nome e mesmo uma nova localização, o pesquisador poderia preservar tanto o lugar quanto as pessoas envolvidas. Na literatura antropológica sobre comunidades pesqueiras, por exemplo, esse recurso foi usado por Lígia Estevão de Oliveira ao publicar, no ano de 1966, seu texto *Cajui: socialização em uma comunidade praiana*⁷. O modelo utilizado pela professora oculta o verdadeiro nome do povoado nordestino, mas esbarra em um

problema de descrição. Seu texto parece uma peça malinowskiana na qual o etnógrafo apresenta com muitos detalhes a vida social do grupo, entretanto, não há menção a praticamente nenhum interlocutor em particular. Os personagens são caracterizados por grupos ou frações: os pescadores, as mulheres, as jovens solteiras, as crianças em idade escolar, os pescadores mais antigos etc. Em meu caso, creio que já não seja mais viável reconstruir o cenário e chamar a Lagoa Feia de “Lagoa Bonita” ou “Lagoa da Sereia”. Minha etnografia, embora modesta, já está relativamente conhecida – pelo menos entre meus pares e mesmo por alguns funcionários do IBAMA com quem mantenho uma cuidadosa interlocução.

Peço que o leitor não me confunda com um antropólogo do século XIX preocupado com o estabelecimento de verdades inequívocas sobre o que se viu ou o que se faz no campo. Como muitos de nossa geração, sou animado com a ideia de que todo texto etnográfico é, ao fim e ao cabo, uma peça literária, no sentido em que é uma construção mediada pela interpretação de nossas experiências. O que torna mais complexa a tarefa de um etnógrafo se a compararmos com a de um literato, na maioria dos casos, é que, o campo fisicamente está lá. E as pessoas de carne e osso também. Nosso trabalho, portanto, por mais interpretativo que seja, tem uma dimensão objetiva que não pode nem deve ser esquecida. O etnógrafo visita lugares que existem. Lida com assuntos e práticas de pessoas que existem.

Se “até o IBAMA sabe” que os barcos são pintados de verde para dificultar a fiscalização, não é bom que o “IBAMA saiba” quem são nomeadamente os pescadores que desenvolvem suas atividades em tempos de proibição legal. Há coisas no campo que devem ser mais escondidas do que outras. No texto também.

Entre os pescadores que estudei, outra coisa que deve ser escondida, sobretudo dos outros pescadores, são os locais mais propícios para a pesca. Esses pontos são chamados na Lagoa Feia de *pesqueiros*. O pescador utiliza-se dos conhecimentos naturalísticos sobre a biologia das espécies em associação com os conhecimentos geográficos do ambiente para identificar um bom lugar. A identificação de um pesqueiro, portanto, estabelece um lugar na Lagoa onde a pesca tem mais chances de tornar-se bem sucedida. Manter a localização do pesqueiro sob o conhecimento apenas de seu grupo de pesca é uma tarefa fundamental para assegurar a exclusividade da captura. Por isso, existe uma série de instrumentos os quais podem ser utilizados pelos pescadores para manter sob sigilo a localização dos melhores pesqueiros. Refirme a distorção de informações – seja por exagero ou por ocultação – sobre os horários das capturas, quantidades, espécies capturadas, condições climáticas entre outras. A ocultação é feita, normalmente, pela omissão.⁸ E o exagero é o ingrediente que constrói performática e discursivamente as famosas histórias de pescador.

Conforme discuti em um texto publicado há alguns anos, as histórias de pescador são comumente associadas a fatos considerados falaciosos.⁹ Em língua portuguesa, expressões como “conversa mole pra boi dormir”, “conversa fiada” ou “isso é história de pescador” são usadas de modo acusatório, quando alguém conta algo difícil de acreditar. E os próprios pescadores as conhecem e reconhecem, admitindo, pois, o seu enquadramento classificatório como mentirosos conforme mostrarei mais a frente. As histórias são consideradas como invenções fantásticas da mente do pescador.

Se a mentira literalmente é o *engano dos sentidos* e o ato de dizer mentiras é a *indução ao erro*, inventar histórias enganosas sobre onde, como e quanto se pescou, parece ter um sentido bastante peculiar, no caso que estudei. A *mentira* assume aí um caráter fundamental para a manutenção da exclusividade sobre os pesqueiros. Narrar fatos fictícios, exagerar os detalhes, e, principalmente, distorcer localizações onde se realizou uma grande pescaria, não passa, na maioria das vezes, de mais uma forma socialmente legitimada e compartilhada [pois todos os pescadores de Ponta Grossa podem fazer isso] de conservar em segredo o pesqueiro.

Se a mentira literalmente é o *engano dos sentidos* e o ato de dizer mentiras é a *indução ao erro*, inventar histórias enganosas sobre onde, como e quanto se pescou, parece ter um sentido bastante peculiar, no caso que estudei. A *mentira* assume aí um caráter fundamental para a manutenção da exclusividade sobre os pesqueiros. Narrar fatos fictícios, exagerar os detalhes, e, principalmente, distorcer localizações onde se realizou uma grande pescaria, não passa, na maioria das vezes, de mais uma forma socialmente legitimada e compartilhada [pois todos os pescadores de Ponta Grossa podem fazer isso] de conservar em segredo o pesqueiro.

No texto citado, chamado “História de pescador: o direito do ponto de vista nativo”, eu apresento, juntamente com demais colegas, parte de uma etnografia sobre as etiquetas que regulam os acessos aos recursos aquáticos e mais precisamente aos pesqueiros. Durante muito tempo, em minha pesquisa, explorei essa dimensão instrumental do segredo e, por consequência, da mentira nas narrativas sobre a pesca. Atualmente, desejo pensar os conceitos segredo e mentira em outra perspectiva. Não como meros instrumentos de proteção dos recursos de pesca, mas sim como um campo de comunicação entre pescadores (e não pescadores) em várias situações de interação.

As fantásticas histórias de pescador não são formuladas apenas com o objetivo de “enganar” o outro que compete no mesmo espaço pelos menos recursos, qual sejam, os peixes. Acredito mesmo que exista nessas histórias uma construção cotidiana de um mundo onde a imaginação conecta experiências na terra, no mar ou na lagoa. Nas histórias é mesmo muito complicado definir a dimensão da fantasia e a dimensão do relato verdadeiro. E, creio eu, não é preciso definir. É necessário, entretanto, formular categorias analíticas que deem conta dessa complexidade. A língua inglesa com a palavra *illusion* oferece uma boa ferramenta para pensar, pois remete a ideia de imaginação e criatividade. Já em português¹⁰, *ilusão* remete ao “engano dos sentidos ou da mente que faz tomar uma coisa por outra”. A acepção portuguesa do conceito, portanto, parece-me pouco adequada para o ponto onde quero levar minha análise. Em resumo, não sei se os pescadores são tão mentirosos quanto julgava há tempos atrás. Mas, certamente, como todos nós, eles têm muitos segredos para guardar.

Gostaria de propor uma reflexão conjunta sobre dois casos empíricos nos quais a revelação de um segredo está em jogo. O primeiro caso aconteceu comigo durante uma conversa num bar em Ponta Grossa, na beira da Lagoa Feia, há alguns anos atrás. O segundo, por sua vez, é uma conhecida história de um etnógrafo famoso que escutávamos de nossos professores em cursos na pós-graduação.

Vamos ao primeiro:

Em Ponta Grossa dos Fidalgos, os bares e cafés são os locais preferidos pelos os pescadores para encontrarem-se com os colegas, participarem das jogatinas, falarem de futebol, comentar sobre mulheres que não sejam as deles próprios e, como não poderia deixar de ser, discutirem sobre o universo da pesca, sob os seus mais diversos aspectos.

Essas conversas podem se desenrolar de diversas maneiras. Em pequenas rodas de amigos espalhadas pelo recinto nas quais todos falam ao mesmo tempo ou em ajuntamentos mais focalizados, onde um narrador conta sua história diante de uma audiência mais ou menos atenta.

Em uma dessas ocasiões, enquanto ouvia atentamente o relato de mais uma pescaria, Cáu, um pescador muito falante, que já acompanhava a pesquisa há certo tempo, me disse ao pé do ouvido: “*não anota no caderno não, porque o que ele tá falando aí é mentira*”. Sua convicção me surpreendeu. De qualquer modo, esperei o pescador acabar sua narrativa. Cáu, no entanto, voltou a insistir. Disse que provaria que o orador estava mentindo. Passado mais algum tempo, chegou ao bar o companheiro de pesca do suposto mentiroso. Nesse momento, Cáu inquiriu o recém-chegado sobre

o local onde tinham ido pescar durante a tarde. “Fomos pescar em Canto do Sobrado”, respondeu o pescador. Imediatamente, Cáu abriu um sorriso e disse: “*Tá vendo? O outro disse que toda a pescaria tinha sido feita na Coroa de João Bagre, portanto, veja você, outro lugar!*”. Perguntei-lhe, então, como sabia, e ele respondeu enfático: “*Porque todo pescador é mentiroso, Zé. E você é um homem da ciência. A ciência não pode estar preocupada com mentiras. Só com verdades! Cuidado quando você for falar com pescador. Porque [repetiu mais enfático ainda] todo pescador é mentiroso!*”.

Passemos agora para o segundo caso:

Dentre as várias histórias sobre etnógrafos conhecidos e suas aventuras durante o trabalho de campo, escutei uma que me chamou particularmente a atenção. Vou tentar reproduzi-la aqui de forma resumida.

Há algumas décadas, um ainda desconhecido pesquisador viajou até um arquipélago, no Atlântico Norte, também desconhecido naquela altura, para estudar o ritual de casamento do povo que lá vivia. O nome verdadeiro desse povo é até hoje mantido em sigilo. Mas, sabe-se que nome nativo conferido à cerimônia secreta de casamento era *Arieuq-asrrac*. O etnógrafo percebeu ao longo da estadia no arquipélago que o casamento entre homens e mulheres constituía não apenas mais um grupo familiar, mas formava também um novo grupo de pesca – que era a base da economia das ilhas. Em seu trabalho, portanto, evidenciou a associação entre essas duas instituições.

A relação do etnógrafo com os nativos era muito boa. Mas havia algo que, às vezes, o incomodava: o excesso de jocosidade em relação à sua barba. Os nativos desse arquipélago, mesmo levando uma vida muito simples do ponto de vista material, mantinham suas barbas sempre muito bem feitas e não entendiam como o etnógrafo poderia cultivar uma barba tão grande. De fato, ao longo do trabalho de campo, a barba do etnógrafo foi se tornando maior do que quando ele chegou. Mas ele não compreendia porque a barba grande causava tantos comentários entre os nativos homens. Um dia, uma mulher, que foi uma de suas interlocutoras mais didáticas lhe disse: “*Eles não entendem porque você tem uma barba tão grande. Aqui nestas terras a barba grande significa que o homem está de luto. O tamanho da barba tem relação com o tamanho da perda. Com o quanto se gosta da pessoa ou da coisa que perdeu. Você é jovem e está aqui fazendo seu trabalho. Não parece estar de luto.*”.

Foi depois dessa conversa que as coisas começaram a fazer sentido para o etnógrafo. Pois ele, ainda que não tivesse comentado com seus interlocutores, sentia-se mesmo de luto. Isso porque durante a viagem até as ilhas do norte ele perdeu sua mulher de forma inesperada num acidente. Como percebeu logo que o povo das ilhas era muito moralista em relação aos homens adultos que não possuíam mulheres, resolveu manter sua perda em segredo até a pesquisa terminar. Mas, seus olhos [e neste caso, sua barba!] falavam mais do que sua boca. Uma noite, sentado na beira da praia com um de seus interlocutores mais próximos, ao ser inquirido, ele revelou parte do segredo.

O nativo falou: “*Agora diz, tens um segredo aí. Mas me diga a verdade, porque esta barba tão grande?*”.

E o etnógrafo responde: “*Porque perdi alguém que amava muito.*”.

E o silêncio tomou conta dos dois. O etnógrafo manteve a mesma história até o final. A história de que sua mulher o esperava na cidade grande, quando sua mulher, na verdade, estava morta. Até hoje não se sabe por que ele não disse toda a verdade aos nativos. Alguns argumentam que, do ponto de vista metodológico, dizer que não possuía uma mulher poderia lhe trazer complicações para a etnografia, pois lhe vedava o acesso às mulheres/pescadoras do povoado. Como se tratava de um grupo social com

regras rígidas quanto às relações homem/mulher, não era recomendado que homens descomprometidos estabelecessem conversas com mulheres casadas. Outros argumentam que ele não disse a verdade porque isso o desligaria de vez de sua amada, coisa que, aparentemente, ele não desejava.

No primeiro caso, temos um etnógrafo, que descobre com a ajuda de seu interlocutor, um segredo – a localização precisa dos tais pesqueiros que mencionei minutos atrás – que aparentemente deveria ser mantido em sigilo para o restante da plateia composta por outros pescadores. Como se não bastasse, o interlocutor além de revelar o segredo do colega ainda problematiza de forma muito inteligente o papel da Ciência na sua interface com a verdade e com a mentira. Nem preciso dizer que depois desse caso, persegui muito mais atento as histórias de pescador e tudo que elas evidenciam.

Já no segundo caso, os nativos tentam descobrir o segredo do etnógrafo que, a partir de um signo local que ele próprio desconhecia – a longa barba –, fornece pistas para isso. Ele, por sua vez, tenta de todo modo, sei lá por quais razões, manter o segredo guardado. Há de se saber quem é realmente o antropólogo e perguntar-lhe o que aconteceu no final da história, ou melhor, da pesquisa.

Entretanto, os dois casos me lembram do que escreveu Simmel sobre o segredo. Em sua monografia *O segredo e a sociedade secreta*, o sociólogo alemão aponta que em todas as relações humanas há sempre coisas que escondemos do outro¹¹. Para ele é uma espécie de propriedade interior que constitui nossa personalidade, nossa subjetividade, enfim, constitui quem somos individualmente. As relações sociais se fundam justamente na tensão entre a descoberta e a obliteração dessa propriedade. Tal tensão em descobrir segredos – e nesse caso vale a definição dos dicionários, ou seja, aquilo que está destacado, a parte, separado, escondido, enfim – é o que nos movimenta em direção ao outro.

Termino esta modesta reflexão pensando que gostamos de descobrir segredos não porque somos Cientistas Sociais, apenas. Como textualizá-los ou como publicizá-los são apenas partes do problema. Gostamos de descobrir segredos e na maioria das vezes não sabemos o que fazer com eles porque, antes de tudo, vivemos em sociedade.

NOTAS

¹ Texto apresentado na Mesa Redonda n. 33 "O Secreto e a pesquisa etnográfica: tensões entre o campo e o texto", no âmbito da IX Reunião de Antropologia do Mercosul, realizada na Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 10 e 13 de julho de 2011, na cidade de Curitiba, Paraná, Brasil.

² GRIAULE (1966); CLIFFORD (1998) e BARTH (1975).

³ Antropólogo e pesquisador do Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro /IFCS-UFRJ).

⁴ Dicionário de Latim-Português, 1999.

⁵ Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 1993.

⁶ Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

⁷ OLIVEIRA (1966).

⁸ A presença do segredo, na etnografia das comunidades pesqueiras, não constitui novidade. Surge em vários trabalhos. Vamos encontrá-la, por exemplo, nos estudos de Shepard Forman sobre os jangadeiros da costa brasileira, bem como nos trabalhos de Simone Maldonado sobre os pescadores do Nordeste. Aparece também no trabalho de Roberto Kant de Lima sobre a pesca artesanal na Praia de Itaipu, em Niterói/RJ. E no de Marco Antonio da Silva Mello e Arno Vogel, quando analisam a pesca de galho no Lago Grande, em Maricá/RJ. Respectivamente, FORMAN (1970), MALDONADO (1986; 1994), KANT DE LIMA (1997), MELLO & VOGEL (2004).

⁹ COLAÇO, VOGEL & VALPASSOS (2007).

¹⁰ Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 1993.

¹¹ SIMMEL (1986).

REFERÊNCIAS

BARTH, Fredrik. *Ritual and Knowledge among the Baktaman of New Guinea*. New Haven: Yale University Press, 1975.

CLIFFORD, James. Poder e Diálogo na Etnografia: a iniciação de Marcel Griaule. In: _____. *A experiência etnográfica: Antropologia e Literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

COLAÇO, José; VOGEL, Arno; VALPASSOS, Carlos. História de pescador: O direito do ponto de vista nativo. *Revista Arquivos de Direito*, v. 1, n. 9, p. 57-78, jan., 2007.

FORMAN, Shepard. *The Raft Fishermen: tradition and change in the Brazilian peasant economy*. Bloomington & London: Indiana University Press, 1970.

GRIAULE, Marcel. *Dieu d'Eau*. Entretiens avec Ogotemméli. Paris: Fayard, 1966.

MALDONADO, Simone. *Pescadores do Mar*. São Paulo: Ática, 1986.

_____. *Mestres e mares: espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo: Annablume, 1994.

MELLO, Marco Antônio da Silva; VOGEL, Arno. *Gente das areias: Sociedade, História e Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Eduff, 2004.

KANT DE LIMA, Roberto. *Os pescadores de Itaipu: a produção de tainha e a produção ritual da identidade*. Niterói: EDUFF, 1997.

OLIVEIRA, Lygia Estevão de. *Cajui: socialização em uma comunidade praiana*. Recife: Imprensa Universitária, 1966.

SIMMEL, Georg. El secreto y la sociedad secreta. In: _____. *Estudios sobre las formas de socialización*. Madrid: Alianza, 1986.

DICIONÁRIOS

Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

Dicionário de Latim-Português. Porto: Porto, 1999.

